

# *A percepção como uma relação: uma análise do conceito comum de percepção*

*Plínio Junqueira Smith*  
UNIFESP

*A Danilo Marcondes de Souza Filho*

## **1. O LUGAR DA PERCEPÇÃO NA FILOSOFIA E NA TEORIA DO CONHECIMENTO: A FILOSOFIA DA PERCEPÇÃO.**

A percepção é um tema central para a teoria do conhecimento, pois muitas questões filosóficas estão articuladas em torno da percepção. Quando se conhece a concepção de percepção que um filósofo tem, ficamos sabendo de outras partes de sua filosofia, como sua filosofia da mente ou sua filosofia da linguagem<sup>1</sup>.

Veja-se, por exemplo, a relação da percepção com a teoria do conhecimento<sup>2</sup>. De um lado, a maioria daqueles que defendem o fundacionismo busca, na percepção, o ponto de apoio para a ideia de que o conhecimento tem fundamentos sólidos. Para nós, seres humanos, o conhecimento do mundo depende do bom funcionamento dos sentidos externos. Como

---

1 Este artigo é resultado de minha aula do concurso de livre-docência. Eu gostaria de agradecer à banca, composta pelos professores Cícero Romão Araújo, Danilo Marcondes de Souza Filho, Olgária Chaim Féres Matos, Pablo Ruben Mariconda, Renato Lessa e Roberto Bolzani Filho, pela discussão que me permitiu rever, corrigir e, espero, melhorar muitos pontos. Agradeço ainda a Jônadas Techio, por algumas sugestões, inclusive de bibliografia, que me ajudaram a dar forma a este artigo. Finalmente, a Paulo Faria e a Maite Ezcurdia, por comentários que me levaram a melhorar algumas ideias.

2 Cf., por exemplo, Pritchard (2012), p. 1-4.

fundamentar o conhecimento do mundo sem mostrar de que modo esse conhecimento pode estar fundado na percepção? De outro lado, os coerentistas encontram aqui sua principal objeção: como defender que a mera coerência seria suficiente para explicar ou justificar o conhecimento sem encontrar um lugar para o conhecimento perceptivo? Por isso mesmo, os coerentistas tentam mostrar como a ideia mesma de coerência pode incorporar a percepção como forma básica de conhecimento.

Outros debates epistemológicos também envolvem a concepção de percepção. Atualmente, há um impasse entre o internismo e o externismo. E não se vê como se possa resolvê-lo sem articular essa discussão com a percepção. Para o internismo, é difícil explicar como o conhecimento perceptivo implica a verdade da proposição em que se acredita; não é porque eu percebo algo que esse algo exista. Para o externismo, a dificuldade reside no fato de que o conhecimento perceptivo não precisa ser consciente; mas, nesse caso, de que modo a percepção poderia servir para justificar nossas crenças? De um lado, aquilo de que estamos conscientes não parece garantir um conhecimento; de outro, se não precisamos estar conscientes, então como a percepção poderia cumprir seu papel de justificação de crenças?

Um terceiro, e clássico, problema é o do ceticismo global. Se nosso conhecimento depende de maneira crucial das percepções que temos do mundo e se nossas percepções não são confiáveis, parece que todo o nosso sistema de crenças estaria comprometido. Em outras palavras, a confiabilidade da percepção é fundamental para nosso conhecimento. Seria racional aceitar boa parte de nosso conhecimento do mundo se a confiabilidade das percepções estivesse garantida. Caso sua confiabilidade estiver sob suspeita, não seria racional admitir muitas das crenças que temos sobre o mundo como se essas crenças constituíssem conhecimento.

Esses três problemas devem bastar para mostrar que a racionalidade do conhecimento depende, em boa medida, de como se concebe o conhecimento perceptivo. Portanto, qualquer que seja sua teoria do conhecimento, um filósofo tem de articulá-la explícita e detalhadamente com uma concepção da percepção sensível.

Quando discute o que é a percepção, um filósofo pode estar fazendo muitas coisas diferentes. Ele pode estar, por exemplo, tentando esclarecer algo como uma concepção comum de percepção. Analisando os modos usuais de falar, comparando os diferentes usos de expressões como “Eduardo vê um livro”, “Helena ouviu um concerto”, “Estela sentiu o cheiro da rosa”,

“Inácio toca uma folha áspera” etc., notando alguns fatos triviais ligados ao nosso vocabulário sobre a percepção, examinando o contexto no qual falamos da percepção das coisas, pode-se propor uma interpretação da linguagem ordinária tal que se exponha como nós comumente pensamos a percepção. Pode-se dizer que não existe uma única concepção de percepção, comum a todas as pessoas, que pessoas com idades diferentes e com diferentes graus de instrução podem ter concepções um pouco diferentes entre si, mas talvez caiba falar de algumas características muito gerais que delineiam algo como um conceito comum de percepção, embora vago e impreciso.

O filósofo também pode estar propondo uma concepção própria da percepção. Seu objetivo é produzir um conceito de percepção que seja o mais adequado aos fatos e o mais refinado teoricamente. Talvez pouco interessado em como as pessoas comuns pensam a percepção e, mesmo, desconsiderando os modos comuns de falar, ele tenta articular a concepção que lhe parece a correta: ele criticará a concepção comum, discutirá as investigações científicas, examinará os argumentos e as teses filosóficas para chegar à suas próprias conclusões numa teoria especificamente sua.

Naturalmente, não há por que não investigar criticamente essa concepção comum, para eventualmente deixá-la para trás, seja por causa dos resultados alcançados pela ciência, seja graças aos argumentos filosóficos. Dado que o conceito de percepção está ou pode estar vinculado com nosso conhecimento empírico do mundo, o avanço do conhecimento científico sobre a percepção pode trazer contribuições importantes para o conceito mesmo de percepção. Como garantir de antemão que o conceito de percepção seja imune aos resultados da ciência? Um exemplo de discussão científica é se a percepção é uma sensação, por assim dizer, atômica (como pretenderam os atomistas como Locke, Berkeley ou Hume) ou se a percepção é um todo estruturado (como pretendeu a Gestalt). Se a concepção comum está do lado dos atomistas (o que se deve discutir), então talvez seja preciso modificá-la à luz da Gestalt (se aceitarmos o que diz a Gestalt).

Além disso, os filósofos se debruçam longamente sobre a percepção, considerando a questão sob ângulos diferentes, avaliando argumentos atinentes à questão e fornecendo novas teorias, de forma que toda essa madura e profunda reflexão pode implicar alterações substanciais no conceito comum de percepção. E, de fato, para a grande maioria dos filósofos, deve-se

reformular nosso conceito de percepção. Por exemplo, o caso de Descartes (1996, p. 25) é notório: ele sustenta que quando dizemos que “vemos” um homem nós somente “julgamos” que é um homem, propondo, então, uma correção não somente de nossos modos comuns de expressão, mas sobretudo uma nova concepção da percepção. Por que nós, na esteira dessa imensa maioria de filósofos, não faríamos o mesmo?

A meu ver, qualquer que seja sua intenção final, um filósofo deve lidar com o que comumente se entende por percepção. Mesmo que de maneira vaga e imprecisa, o que chamamos de percepção é o fenômeno inicial que se pretende entender, explicar ou corrigir. Por isso, talvez o melhor seja começar por tentar articular explicitamente a concepção comum de percepção. Ganharemos, no mínimo, alguma clareza sobre o fenômeno mesmo sob análise.

A descrição da concepção comum de percepção (visual) pode parecer tarefa fácil, mas não é. Com efeito, filósofos propõem análises muito diferentes do conceito comum de percepção, ressaltando características diferentes e estabelecendo conexões com diferentes conceitos. Não é clara, por exemplo, a conexão entre percepção e causalidade, ou entre percepção e experiência, ou entre percepção e linguagem. Neste artigo, limitar-me-ei a esboçar aquelas que me parecem as características mais gerais e importantes da concepção comum da percepção. Não se deve achar que a descrição da concepção comum é a palavra final sobre o assunto; ela é, no melhor dos casos, a primeira palavra. A esperança de uma palavra final em qualquer assunto filosófico é algo a ser abandonado.

Duas observações finais nesta introdução. Primeiro, talvez seja importante deixar claro, desde já, que o esclarecimento da concepção comum é sempre um esclarecimento *filosófico*, isto é, pressupõe uma perspectiva teórica, envolvendo a discussão do que filósofos disseram sobre o conceito comum de percepção e sobre a percepção. Nesse sentido, a descrição desse conceito nunca é inteiramente isenta de preocupações prévias. Ainda assim, creio que se podem vislumbrar algumas de suas características e chegar a alguns consensos descritivos. De qualquer forma, essa descrição filosófica de um conceito comum sempre incorpora um elemento pessoal. Segundo, como é frequente nessas discussões, vou me concentrar no caso da percepção visual, ocasionalmente me referindo a outras formas de percepção. Não se deve achar que o que se atribui à percepção visual também valha para as outras formas de percepção.

## 2. A PERCEPÇÃO COMO UMA RELAÇÃO COMPLEXA.

A meu ver, a característica fundamental do conceito comum de percepção, que deve ser destacada logo de início e sobre a qual se deve insistir sempre, é que a percepção é uma *relação* entre uma pessoa que percebe e um objeto ou evento no mundo. No entanto, nem todos entendem que a percepção é uma relação entre uma pessoa e um objeto ou evento no mundo. Muitos tendem a pensar que, quando falamos de percepção, estamos a nos referir a algo que se passa dentro de uma pessoa, como se a percepção fosse somente um estado subjetivo pelo qual uma pessoa passa. Creio que nosso conceito comum de percepção não remete somente a um estado subjetivo de uma pessoa, mas a uma situação na qual uma pessoa tem um certo tipo de relação com um objeto ou evento no mundo.

Vejamos o caso mais simples de percepção. Dizemos frases como “Estela vê o bolo”<sup>3</sup>. Como analisar logicamente essa frase? Poder-se-ia ser tentado a dizer que se atribui a “Estela” (a) o predicado “ver o bolo” (F). Assim, teríamos a seguinte forma lógica: F(a). Dessa perspectiva, a percepção seria uma propriedade intrínseca de uma pessoa, um estado dela. “Estela vê o bolo” seria análoga a frases como “Estela imagina o bolo” ou “Estela crê que o bolo está em cima da geladeira”. Poder-se-ia, depois de identificar a percepção com esse estado subjetivo, levantar a questão de saber se esse estado subjetivo é intrinsecamente relacional ou não; alguns filósofos entendem que sim, outros, que não. Mas muitos filósofos parecem entender que a percepção seria, propriamente falando, somente essa experiência subjetiva.

A meu ver, contudo, essa análise está errada. Existem várias relações possíveis entre Estela e o bolo, que podem ser expressas das seguintes maneiras: “Estela come o bolo”, “Estela assa o bolo”, “Estela guarda o bolo”; também há outros tipos de relação, como “O bolo deixou Estela enjoada”. Temos muitos verbos para expressar relações entre Estela e o bolo, os verbos perceptivos sendo somente um dos tipos de verbos de relação. Deve-se, portanto, aproximar “Estela vê o bolo” de frases como “Estela come o bolo” e não de frases como “Estela imagina um bolo”. Assim, a forma lógica de “Estela vê o bolo” é F(a, b).

---

3 Para uma análise dos diversos tipos de frases que envolvem percepção, das mais simples às mais complexas, ver Stroud (2000), cap. 5.

Uma razão pela qual se deve analisar dessa maneira é claramente mostrada pelas condições de verdade dessas frases. A verdade de “Estela imagina o bolo” ou de “Estela crê que o bolo está sobre a mesa” depende somente do que Estela imagina ou crê, independentemente do que se passa no mundo (se há ou não um bolo ou se este está em cima da geladeira ou dentro dela). A verdade de frases do tipo  $F(a)$  dependem somente de  $a$  ter a propriedade  $F$ . No caso de “Estela come o bolo”, sua verdade depende não somente de Estela, mas também da existência de um bolo e do fato de Estela estar comendo esse bolo. As condições de verdade, portanto, não envolvem somente Estela, mas também o bolo e a relação especificada. As condições de verdade de frases do tipo  $F(a,b)$ , obviamente, envolvem a existência de  $a$  e de  $b$ , bem como da relação  $F$  entre elas.

Ora, as condições de verdade de frases como “Estela vê o bolo” são claramente do segundo tipo: ninguém pode ver um bolo que não existe! Assim como as condições de verdade das frases “Estela comeu/assou/guardou o bolo” etc. dependem não somente do que se passa com Estela, mas, de maneira mais ampla, de uma situação no mundo que envolve Estela, o bolo e uma relação entre eles (como a de comer, assar ou guardar), também as condições de verdade de “Estela vê o bolo” envolvem ao menos duas coisas (uma pessoa e um objeto no mundo) e uma relação (a relação perceptiva) entre elas.

Pode-se dar uma formulação um pouco mais precisa da relação perceptiva que se estabelece entre uma pessoa e um objeto ou evento no mundo. De fato, a relação perceptiva que se estabelece é uma relação *complexa*. Trata-se de uma relação de “mão dupla”, na qual há dois sentidos, um que vai da pessoa ao mundo, outro que vai do mundo à pessoa. Não me refiro somente ao fato de que sempre que se diz que “A vê que p” também se pode dizer que “p é visto por A”. Como notado acima, a frase “Estela vê o bolo” tem uma forma lógica similar tanto a “Estela assou o bolo” como a “O bolo deixou Estela enjoada”. Além da similaridade na forma lógica com essas duas frases, “Estela vê o bolo” também é semelhante, de um lado, pelo fato de Estela fazer alguma coisa (ver/assar) e, de outro, pelo fato de o bolo fazer alguma coisa (causar a visão/deixar enjoada).

Talvez se possa ir além e, lançando mão de um termo criado por Austin (1979, p. 109) para analisar a emoção, dizer que a relação perceptiva é um “padrão de eventos”. Nesse padrão de eventos, Austin distingue três grupos principais de eventos: (1) uma causa ou ocasião; (2)

uma sensação ou experiência<sup>4</sup>; (3) efeitos ou manifestações ou reações. A meu ver, essa ideia de “padrão de eventos” é muito útil para tentarmos entender também a concepção comum de percepção (não somente a de emoção)<sup>5</sup>.

Tomemos agora o seguinte exemplo: “Estela vê que o bolo está assando”. O que está envolvido na percepção de Estela que um bolo está assando? Tentemos aplicar os grupos de eventos tais como Austin os discriminou. Poderíamos, então, dizer que, nessa percepção, estão envolvidos: (1a) causa: há um bolo no forno (que causa uma experiência visual em Estela); (1b) ocasião: Estela está na cozinha e a luz está acesa (não fosse assim, Estela não poderia ver que o bolo está assando); (2a) sensação: Estela tem uma sensação marrom escuro (ela poderia ainda ter esta outra sensação: Estela sente o calor do forno no rosto, quando se aproxima para olhar); (2b) experiência: Estela vê o bolo alto dentro da forma; (3a) efeitos: Estela lembra-se de ter posto uma massa branca e baixa no forno; Estela lembra-se de ter queimado os biscoitos de Natal no dia anterior; (3b) manifestações: Estela sorri ou diz “Estou vendo que o bolo está pronto”; (3c) reações: Estela desliga o forno e tira o bolo.

Tudo isso, naturalmente, é muito esquemático e a aplicação do padrão de eventos de Austin é um tanto mecânica. O importante, contudo, é notar que a atribuição de percepção, isto é, a atribuição de que uma pessoa percebe alguma coisa envolve um conjunto complexo de eventos. Isolar esses eventos uns dos outros e ignorar suas mútuas conexões impedem uma compreensão adequada da percepção. Em particular, reduzir a percepção à sensação ou à experiência, como parecem fazer alguns filósofos, acaba por não nos fazer entender o que é a percepção, nem o papel que ela pode ter no conhecimento; menos ainda entender de que modo a percepção pode contribuir de maneira racional para guiar a seleção de nossas crenças. Por não se atentar suficientemente no caráter relacional da percepção, muitos erros filosóficos foram cometidos. É preciso demorar-se nessa complexidade intrínseca da percepção a fim de que possamos compreender melhor o lugar que ela ocupa em nossa concepção de mundo e

---

4 Muitos filósofos empregam o termo “aparência” no lugar de “experiência”, como, por exemplo, John McDowell. Embora eu use somente “experiência”, poder-se-ia designar o mesmo evento mental por “aparência”.

5 Aliás, o próprio Austin (1979, p. 103) sugere essa extensão ou aplicação da ideia de padrão de eventos, desde que feita com cuidado, já que as percepções têm semelhanças e diferenças com as emoções.

que modificações podemos eventualmente introduzir em nosso conceito. Vale a pena, portanto, examinar com mais detalhe alguns desses eventos que compõem um padrão ou, se se preferir, algumas das características da percepção<sup>6</sup>.

### 3. CARACTERÍSTICAS DO SENTIDO PESSOA-MUNDO.

Eu gostaria de chamar a atenção para ao menos três características inerentes ao conceito comum de percepção que parecem, em algum sentido, começar na pessoa e terminar no mundo (no objeto ou evento no mundo). Primeiro, a percepção é entendida como uma capacidade e também como uma atividade; em especial, como uma atividade cognitiva, embora também comporte outras dimensões, como a afetiva. Em seguida, parece-me que, ainda segundo a concepção comum, a percepção pode ser caracterizada como uma percepção direta do objeto ou do evento; mas essa caracterização deve ser cuidadosamente explicada, pois não raro é mal compreendida. Finalmente, é preciso reconhecer que a concepção comum não confunde a percepção com o objeto, mas essa distinção é-lhe constitutiva. Vejamos, pois, essas três características.

A meu ver, segundo a concepção comum, a percepção é uma *capacidade* cognitiva<sup>7</sup> e, de modo mais específico, é uma *atividade* cognitiva. Por meio dela adquirimos crenças e, nos casos bem sucedidos, conhecimento do mundo.

É uma capacidade porque somos dotados de órgãos dos sentidos e esses funcionam (ou podem funcionar) naturalmente. Abrimos os olhos e vemos uma cena; no meu caso agora, vejo pela janela um jardim florido e alguns pássaros caçando minhocas no gramado. Certamente, sempre há um elemento passivo na percepção; e esse elemento é predominante quando

---

6 Millar (2011, p. 582) contrasta a concepção tradicional da experiência, segundo a qual o que importa é o caráter intrínseco da experiência (seja ela perceptiva ou alucinatória), e a concepção relacional das experiências perceptivas, para a qual a experiência perceptiva é essencialmente um encontro com o objeto. De acordo com minha descrição do conceito comum de percepção, o que é essencialmente relacional é a percepção como um todo, não a experiência perceptiva considerada isoladamente. Mais adiante, explicarei como se deve entender a experiência perceptiva em relação ao objeto ou evento que a causa. Se o disjuntivismo é uma tese filosófica sobre a experiência enquanto tal, isolando-a dos demais elementos do padrão de eventos, então, parece-me, a concepção comum da percepção não é disjuntivista.

7 Ver, a esse respeito, por exemplo, McDowell (2012).



somente abrimos os olhos para ver. Em geral, quando se pensa a percepção como um estado subjetivo da pessoa, sobrevaloriza-se esse elemento passivo. A tese segundo a qual as percepções seriam constituídas por átomos de sensação (sensação do vermelho, do azul; gosto do doce, do amargo; um som agudo, outro grave etc.) parece pressupor que seríamos inteiramente passivos na recepção (ou percepção) desses átomos. Mas o elemento passivo não esgota nossa capacidade perceptiva. Há, ao menos, por menor que seja, alguma atenção ao que está sendo percebido. Não basta abrir os olhos, mas, para ver algo, é preciso notar alguma coisa que se nos oferece à visão. Sem, no mínimo, dirigir nossa consciência para alguma coisa no campo visual, não teríamos a visão dessa coisa.

A atividade cognitiva da percepção<sup>8</sup>, no entanto, vai muito além disso, pois, sendo uma atividade, também pode envolver o uso deliberado desses mesmos órgãos<sup>9</sup>. Primeiro, porque eu posso dirigir meus olhos nessa ou naquela direção, virar minha cabeça para esse ou aquele lado, voltar meus ouvidos para o lugar de onde o som parece vir. Segundo, eu posso querer saber mais sobre o que percebo: no exemplo acima, posso querer saber quantos são esses pássaros ou quais são eles e, para isso, preciso olhar mais atentamente para ver se tem essa ou aquela plumagem, se o bico é curto ou comprido, posso prestar mais atenção ao canto que emitem, focalizando minha atenção num canto específico entre tantos outros cantos simultâneos que ouço. Nesse sentido, exercemos uma capacidade natural para investigar algo sobre o mundo e conhecê-lo melhor.

Como toda atividade por nós exercida pode ser bem ou mal realizada, também a percepção pode ser avaliada. Com efeito, dizemos que percebemos bem ou mal, que podemos (ou até devemos) examinar melhor, olhar mais de perto, prestar (mais) atenção etc. Do mesmo modo, algumas pessoas podem ser mais habilidosas do que outras na percepção, isto é, são mais capazes do que outras na acuidade perceptiva. Essa diferença pode se dar tanto porque são naturalmente mais capazes, como porque receberam um treinamento especial para perceber certas coisas no mundo. Um zoólogo distingue muitos besouros que, para nós, são somente besouros.

---

8 Deixo de lado o aspecto afetivo da percepção, não por ser menos importante, mas porque nos levaria noutras direções.

9 Cf. Ryle (1969), p. 99-109; cf. Bennett & Hacker (2003), p. 125-128.

Cabe, aqui, uma observação sobre uma discussão recente. Alguns filósofos foram levados a propor que não se deveria falar, no caso das percepções, de condições de verdade, mas somente de condições de precisão. Afinal de contas, entendida como uma atividade cognitiva, a percepção admite graus de precisão, como acabamos de ver, e haveria muitas dificuldades em falar da verdade ou falsidade de uma percepção. Para esses filósofos, então, uma percepção não seria, propriamente falando, verdadeira ou falsa, mas somente mais ou menos precisa, mais ou menos exata.

O que pensar dessa proposta? A meu ver, aceitá-la seria sobrevalorizar um elemento do padrão de eventos, como se ele esgotasse a análise da percepção. Certamente, deve-se acatar a ideia de que uma das maneiras de avaliar a percepção é segundo seu grau de precisão. Mas isso não implica que seja a única maneira de avaliar a percepção. De fato, não vejo por que abandonar a ideia de condições de verdade para avaliar a percepção, dado que a verdade de uma frase que atribui percepção a alguém (“Estela vê o bolo”) não depende do grau de precisão de sua percepção, mas da realização de todo o padrão de eventos. Se o padrão de eventos se realiza, então a atribuição é verdadeira. Portanto, é perfeitamente correto falar do grau de precisão de uma percepção, mantendo a ideia de suas condições de verdade<sup>10</sup>.

Talvez não seja imediatamente evidente que, de acordo com a concepção comum, nós, em geral, percebemos as coisas diretamente. Mas a concepção comum também admite muitos casos de percepção não-direta de objetos e eventos no mundo. Como entender essa riqueza da concepção comum? Uma maneira seria privilegiar um desses tipos de percepção (direta ou indireta) e explicar o outro tipo a partir do primeiro tipo. Ao menos dois filósofos, Hume (2004)<sup>11</sup> e Mackie (1976), parecem ter incluído entre as características da concepção comum da

---

10 Mais abaixo, quando tratar da experiência perceptiva, voltarei à questão da precisão.

11 Hume pareceria ter negado, ao menos no *Tratado*, que o pensamento comum concebe a percepção como uma percepção direta do corpo. Na sua merecidamente famosa descrição do “sistema do vulgo”, ele teria tentado reconstruir a concepção comum partindo somente de percepções na mente, sem invocar o objeto externo. Tudo o que a mente humana disporia, para chegar à crença no corpo, seriam as “percepções”, divididas em impressões e ideias (e não os corpos), de forma que a percepção de um livro não seria algo imediato, mas uma espécie de ficção construída pela mente a partir dessas “percepções”. Se essa for, de fato, a interpretação correta do que Hume atribuiu ao “vulgo” (isto é, à concepção comum da percepção), então Hume estaria errado. Mas não está claro que Hume atribua o sistema do vulgo às

percepção a ideia de que a percepção seria uma forma de representação do mundo (do objeto ou evento no mundo). Em outras palavras, o homem comum teria uma concepção representacionista da percepção.

No entanto, após notarmos essas duas exceções, pode-se dizer com razoável tranquilidade que, de um modo geral, os filósofos tendem a aceitar que, de acordo com a concepção comum da percepção, nós teríamos uma percepção direta das coisas. A percepção seria uma relação direta e imediata entre uma pessoa que percebe algo e algo que é percebido por essa pessoa.

No entanto, será essa uma boa caracterização da concepção comum da percepção? O que, exatamente, significa “direta” nesse contexto? Tudo se passa como se o homem comum, conhecendo a dicotomia filosófica, supostamente exaustiva e exclusiva, entre “percepção direta” (isto é, percepção do objeto material fora da mente) e “percepção indireta” (isto é, percepção de uma entidade mental intermediária entre a mente e o objeto físico –ou corpo material - fora da mente), optasse pela primeira alternativa. Mas essas alternativas provavelmente não passam pela cabeça do homem comum. Antes, são os filósofos que lhe atribuem, apressadamente interpretando o conceito comum à luz de suas próprias dicotomias<sup>12</sup>.

A meu ver, segundo a concepção comum da percepção, temos em geral uma percepção direta do objeto. Quando vemos uma coisa, essa coisa mesma é o objeto de nossa percepção. Essa me parece uma conclusão óbvia. Afinal, dizemos coisas tais como “Inácio vê uma gata sobre o sofá”. Mas o que significaria exatamente “percepção direta” para o homem comum? Há diversos contrastes que se podem traçar entre ver a coisa diretamente e vê-la indiretamente: distinguimos facilmente entre, de um lado, ver a própria coisa e, de outro, vê-la em um espelho, no telescópio, em uma fotografia, ou ainda ver sua sombra projetada na parede. Neste último caso, a sombra está longe de ser uma entidade mental, mas ainda é algo que se encontra no mundo à nossa volta. Portanto, haveria diversos contrastes entre direto e indireto e nenhum deles corresponderia exatamente à dicotomia filosófica.

---

peçoas; trata-se, antes, de uma hipótese explicativa da concepção comum, não de sua explicitação. Na *Investigação*, Hume parece ter voltado atrás nesse ponto, sustentando somente que, ao crer que tem uma percepção direta do objeto, o homem comum confundiria percepção e objeto.

12 Cf. Austin (1962), cap. 1.

Esses mesmos filósofos, Hume e Mackie (1976), também atribuem ao homem comum a ideia segundo a qual nós confundimos a percepção e o objeto. É o que diz Hume (1986, p. 151): “Parece igualmente evidente que, quando seguem esse instinto cego e poderoso, os homens sempre supõem que as próprias imagens apresentadas pelos sentidos são os objetos externos e jamais suspeitam que um é somente a representação do outro.” Terão Hume e Mackie razão ao atribuírem a nosso conceito comum de percepção a identificação da percepção com o objeto externo? É certo, como vimos, que nosso conceito comum envolve a ideia de uma percepção direta do objeto. Segue-se, porém, que a tese da percepção direta do objeto implica ou está associada à identificação da percepção com o objeto? A meu ver, de maneira nenhuma. Creio que todos nós comumente distinguimos entre as experiências perceptivas e os objetos no mundo. Se fechamos os olhos e a sensação desaparece, ninguém pensará que o objeto desaparece.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA SUBJETIVA.

O segundo grupo de eventos intrínsecos à percepção envolve sensações e experiências. Em geral, ninguém nega que o conceito de percepção está associado ao de experiência ou, mesmo, ao de sensação. Como vimos, alguns chegam mesmo a identificar a percepção à sensação ou à experiência<sup>13</sup>. Mas há filósofos, como John Hyman (1992, 1994), que negam explicitamente que a percepção seja uma experiência. Não está muito claro, nessa questão, o que exatamente está em jogo. Tudo depende de como entendemos o termo “experiência”<sup>14</sup>. Mas, num sentido perfeitamente razoável do termo, parece-me claro que percepções envolvem experiências<sup>15</sup>.

É evidente que distinguimos entre perceber algo e não perceber algo, entre “Inácio vê uma gata no sofá” e “Inácio não vê uma gata no sofá”. Nesse sentido, algo acontece com Inácio quando ele vê uma gata no sofá, que não acontece quando ele não vê uma gata no sofá. Nesse sentido mínimo, pode-se dizer que toda percepção envolve uma experiência. Se, na pessoa

---

13 Um contraste esclarecedor entre percepção e sensação encontra-se em Bennett e Hacker (2003), p. 121-135.

14 No que segue, não tratarei da sensação, somente da experiência.

15 Uma análise interessante, embora passível de discussão, encontra-se em Dretske (2000).

que percebe, não se passa algo (seja lá exatamente como caracterizamos esse “algo”), então não haveria uma percepção; seria como se essa pessoa não percebesse um objeto ou evento no mundo. Por “experiência”, não entendo mais do que aquilo que se passa num polo da relação, a pessoa, quando se estabelece a relação perceptiva com um objeto ou evento no mundo. Parece-me evidente que todos aceitamos que, de alguma maneira, algo se passa na pessoa quando há essa relação perceptiva que não se passa quando essa relação não ocorre.

Outra maneira de mostrar que comumente pensamos que a percepção envolve uma experiência é a seguinte. Uma coisa é dizer “Helena ouve Eduardo tocar baixo”, outra é dizer “Helena vê Eduardo tocar baixo”. Há, evidentemente, uma diferença entre as duas percepções (uma é visual; a outra é auditiva). Ambas as experiências podem dar origem à mesma crença: “Eduardo está tocando baixo”. Nesse sentido, percebe-se o mesmo evento no mundo, mas esse mesmo evento é percebido de maneiras distintas, isto é, num caso há uma relação visual, no outro, auditiva<sup>16</sup>. O que se passa em Helena são coisas diferentes. Num caso, ela pode fechar os olhos para ouvir melhor; no outro, se quiser ver melhor, deverá chegar mais perto.

Uma vez estabelecido que comumente pensamos que a percepção envolve uma experiência subjetiva no sentido mínimo apontado, outras questões surgem sobre a concepção comum. Uma questão debatida é saber se há algum elemento comum entre essa experiência perceptiva e outras experiências, como as que temos em casos de ilusão, sonho e alucinação. Alguns filósofos defenderam que, segundo a concepção comum, só haveria um tipo de experiência; outros, que a concepção comum distingue entre dois tipos de experiência. Seria possível vislumbrar, na concepção comum, a adesão a algum dos lados dessa questão?

De um lado, alguns filósofos, como Alan Millar (2009), sustentam que é impossível distinguir esses dois tipos de experiência, que, no fundo, há somente um tipo de experiência. Ninguém duvida de que às vezes experiências ilusórias assemelham-se bastante às verídicas e, por isso mesmo, são capazes de nos enganar. E é certo que, com frequência, dizemos que “a vida parece um sonho”, sugerindo que nossa experiência perceptiva é muito similar às supostas experiências oníricas. O caso da alucinação parece ser aquele que mais se aproxima da experi-

---

16 Também se poderia dizer que a percepção visual é “direta”, enquanto a percepção auditiva seria “indireta”, pois o que se perceberia “imediatamente” seria somente o som e somente por meio desse som é que Helena ouviria Eduardo tocar baixo.

ência verídica. Assim, toda experiência perceptiva, seja verídica, parcialmente verídica ou inteiramente falsa, seria de um mesmo tipo. Do ponto de vista de quem a experimenta, a percepção apareceria do mesmo jeito.

No entanto, outros filósofos, como J. M. Hinton (2009), John McDowell (1998) e Paul Snowdon (2009a, 2009b), negaram a tese do elemento comum, isto é, de que em toda experiência perceptiva ou alucinatória haveria um único e mesmo tipo de experiência. Para esses filósofos, uma experiência deve ser interpretada como sendo *ou* uma experiência perceptiva de um objeto ou evento que o torna verdadeira *ou* uma experiência alucinatória em que somente parece que há um objeto ou evento. Argumentou-se que a concepção comum da percepção é, para empregar o termo filosófico técnico, disjuntivista. É certo que dizemos coisas como “a vida parece um sonho” (ou “parecia que eu estava vendo ele”) somente em certas ocasiões e sugerindo que as experiências oníricas (e ilusórias) têm uma qualidade peculiar que as distingue das experiências perceptivas. Nós certamente distinguimos, na vida cotidiana, entre nossas experiências perceptivas e as demais experiências e julgamos muito importante mantê-las separadas. E temos muitas maneiras para expressar essas diferenças. Embora, em algumas ocasiões, seja muito difícil ou, mesmo, impossível distinguir uma experiência perceptiva de uma ilusória, onírica ou alucinatória, essa dificuldade não nos faz rever nosso conceito comum de percepção que certamente se aplica a uma infinidade de casos e serve a propósitos úteis.

Howard Robinson (2009) discorda. Para ele, faz parte do conceito comum de percepção a ideia de que não há descontinuidade entre a percepção verídica e a percepção parcialmente inverídica. Por exemplo, não haveria muita diferença entre ver este livro vermelho com óculos e vê-lo, com alguma imprecisão, quando eu tiro os óculos. Ou entre ver uma coisa branca e vê-la um pouco amarelada sob uma luz específica. Segundo Robinson, o conceito comum de percepção incluiria algo como uma tese continuísta entre todas as nossas experiências, isto é, não haveria tipos discretos de experiências, como os tipos “experiência verídica”, “experiência ilusória”, “experiência alucinatória” etc. E é por isso que, para Robinson, o argumento da ilusão é tão importante. Porque, segundo ele, se a ilusão envolve uma experiência subjetiva, então, dada a tese da continuidade, segue-se que também a percepção verídica envolveria uma experiência subjetiva (isto é, não somente o ato subjetivo de perceber, mas também um conteúdo subjetivo independente do mundo).

O que concluir desses argumentos? Os argumentos empregados pelos disjuntivistas me parecem fortes o suficiente para dizer que não é correto atribuir à concepção comum a ideia de que haveria somente um único tipo de experiência, como se seu caráter subjetivo aparecesse sempre da mesma maneira para quem experimenta a percepção. O fato de que, às vezes, certas experiências alucinatórias, sejam indistinguíveis das experiências perceptivas não implica que essas experiências constituam um único tipo de experiência. Não se deve separar a experiência do padrão de eventos a que pertence. Somente essa separação poderia causar a tentação de falar de um único tipo de experiência. Como vimos, é essencial à ideia de padrão de eventos que o objeto ou evento seja um dos elementos do padrão. Mesmo que a experiência possa ser qualitativamente similar, resta sempre que a presença do objeto ou o evento é indispensável, segundo nossa concepção comum, para falarmos de uma percepção. Consequentemente, o contraste entre a experiência perceptiva e a experiência alucinatória é certamente básico em nossa concepção comum da percepção.

De outro lado, tampouco parece correto dizer que a concepção comum distingue somente dois tipos de experiência. Essa é a ideia por trás do argumento de Robinson: a concepção comum parece admitir gradações entre casos de experiências perceptivas, da percepção inteiramente verdadeira até experiências cada vez menos verdadeiras<sup>17</sup>. De fato, não é preciso supor que todos os casos de experiências perceptivas sejam do mesmo tipo. Por exemplo, temos inúmeras palavras para indicar o grau de precisão de uma percepção. Mesmo no caso de experiências alucinatórias fazemos distinções levando em conta a percepção de algo (e a experiência perceptiva). Por exemplo, distinguimos entre uma alucinação na qual se vê um monte de formigas andando na parede do banheiro, quando há algumas (poucas) formigas, porque estou com síndrome de abstinência alcoólica e outra alucinação quando algo sem nenhuma base perceptiva (não há nenhuma formiga na parede e, portanto, nenhuma experiência perceptiva).

O fato de haver mais proximidade entre a percepção verdadeira e o caso das ilusões não implica que, então, nossa concepção comum não reconheça diferentes tipos de experiências, mas refira-se somente a um único tipo geral que englobaria todos os casos. Inclusive experiências

---

17 Para Robinson (2009, p. 160), o disjuntivismo não se aplica adequadamente aos casos intermediários de percepções, como as percepções parcialmente verdadeiras (por exemplo, as ilusões). A meu ver, o disjuntivismo pode explicar esses casos. Mas não entrarei nesse debate aqui.

alucinatórias podem envolver experiências perceptivas. A meu ver, tem razão aqueles que, no conceito comum de percepção, enfatizam a prioridade da percepção verídica e explicam a ilusão e demais tipos de experiência a partir da percepção verídica. Para a visão comum, o conceito de percepção verídica é primário e os demais tipos de experiência, secundários. É por isso, justamente, que uma ilusão é chamada de ilusão: porque, em relação à percepção verídica, há nela uma deficiência e essa deficiência é notada em relação ao caso não deficiente.

Em suma, não creio que, na concepção comum da experiência, exista qualquer compromisso com um “elemento comum” a todas as experiências, isto é, com uma espécie de “subjetivismo” da experiência em geral. De um lado, o conceito comum de percepção não considera a experiência perceptiva como algo que poderia ser puramente interno ou subjetivo, como a alucinação ou o sonho, e, nesse caso, partilharia o mesmo elemento comum presente nas demais experiências. De outro lado, o conceito comum não parece entender que a experiência perceptiva forma um único tipo de experiência, mas antes parece admitir diversos graus ou, mesmo, diferentes tipos de experiências perceptivas, como a experiência ilusória; mesmo a experiência alucinatória, como vimos, pode incluir uma experiência perceptiva. Não há porque imputar à concepção comum da percepção as amarras da dicotomia filosófica: ou a experiência é perceptiva ou não é; ou a experiência perceptiva é inteiramente verídica ou não é. O mundo é mais complexo do que essa, como dizia Austin (1962, p. 3), “dicotomia bem arrumadinha”.

Outra questão frequentemente discutida é saber se a experiência tem ou não um conteúdo conceitual ou proposicional. A esse respeito, parece-me terem razão aqueles que sustentam que, conforme a concepção comum da percepção, a experiência tem um conteúdo conceitual ou proposicional, pelo menos no sentido de que as experiências podem ser descritas adequadamente por frases. É certo que, para a experiência ter um conteúdo, não é necessário dominar uma linguagem; caso contrário, animais e crianças pequenas não teriam experiências desse tipo. Talvez se possa dizer que animais e crianças têm conceitos, embora ainda não disponham de palavras para expressá-los (ou de condições vocais para falar)<sup>18</sup>. No caso de seres humanos

---

18 Para a distinção entre conceito e palavra, ver Chakrabarti (1998, p. 316) e Strawson (1998b, p. 324). Diz, por exemplo, Chakrabarti: “o aroma pode não ter nome, mas não é por isso sem característica. Não poderíamos procurar uma palavra para esse *tipo* de cheiro a menos que já tivéssemos subsumido esse cheiro a uma espécie ou conceito olfativo. O cheiro não é acompanhado de palavra, não porque está livre



adultos, no entanto, a linguagem não somente amplia a discriminação dessas experiências, mas parece mesmo permitir experiências muito mais complexas e sutis. A meu ver, é um fato trivial que nós descrevemos a todo momento o conteúdo de nossas experiências perceptivas, que nós dizemos o que vemos, ouvimos, tocamos, cheiramos etc. Às vezes, é certo, temos alguma dificuldade em descrever exatamente nossas experiências, sobretudo quando se trata de algo raramente experimentado ou de difícil percepção (por causa da distância, da luz ou de mal ser percebido; ou pela sua sutileza ou complexidade). Comumente, entretanto, é muito fácil para nós expressarmos com clareza e correção aquilo que experimentamos na percepção. Dominamos sem nenhum problema toda uma gama de verbos, adjetivos etc. que nos permitem comunicar adequadamente a outros nossas próprias experiências subjetivas. O uso ordinário da linguagem parece atestar que, para a concepção comum da percepção, podemos expressar adequadamente nossas experiências perceptivas por meio de palavras. Ao dizer que a experiência tem um conteúdo conceitual quero simplesmente dizer que a experiência pode ser adequadamente expressa por meio da linguagem ordinária; essa, me parece, é a concepção comum que temos da experiência perceptiva.

Não é preciso tomar partido sobre uma questão mais precisa (e eminentemente filosófica): se *todo* o conteúdo da experiência perceptiva é explicitado pelas expressões e frases que usamos para descrevê-la. Nossas palavras para cores esgotariam toda a rica, complexa e variada gama de sensações visuais que experimentamos? As experiências de cores que recebemos pela visão são, todas elas, contempladas por nossos conceitos? A meu ver, essa é uma questão que não surge na vida cotidiana e o uso comum da linguagem não permite entrever que resposta se poderia dar a ela. A concepção comum da percepção, parece-me, deixa essa questão inteiramente em aberto.

A última questão debatida entre os filósofos que eu gostaria de discutir aqui diz respeito ao tipo de conceitos e de proposições mais adequados para descrever nossas experiências. Em geral, aqueles que tendem a pensar o conteúdo de nossas experiências perceptivas sem fazer referência a objetos ou eventos no mundo são aqueles que defendem uma teoria representa-

---

de conceitos, mas porque ainda não se encontrou nenhuma palavra para equivaler ao *conceito* com o qual o cheiro foi cheirado." Nesse sentido, um cão tem os conceitos de amigo e inimigo, mesmo que não disponha de palavras para eles.

cionista da percepção, como por exemplo os defensores dos dados dos sentidos ou dos *qualia*. Para estes, seria possível descrever o conteúdo de nossas experiências perceptivas *sem falar de objetos* ou inventando um expediente no qual a referência a objetos seria contornada. Mas essa posição, a meu ver, depende fundamentalmente de uma revisão do conceito comum e nunca foi proposta como expressando a concepção comum. Parece-me evidente que, se nos ativermos à concepção comum e examinarmos como as pessoas falam sobre as experiências perceptivas, veremos que o mais comum (embora não a única maneira) é nos referirmos a objetos e eventos. Nossas descrições das experiências perceptivas normalmente envolvem o uso de palavras para objetos físicos e referem-se a eventos que se passam no mundo. Assim, dizemos coisas tais como “não estou vendo o saca-rolhas” ou “estou vendo que a garrafa de vinho está acabando”. A meu ver, a concepção comum da percepção claramente aceita que, nos casos normais, nossa experiência perceptiva do mundo é descrita falando de objetos e eventos no mundo, embora eventualmente possa não o ser.

### 5. CARACTERÍSTICAS DO SENTIDO MUNDO-PESSOA.

Resta-nos, finalmente, examinar as conexões do conceito comum de percepção com conceitos objetivos, como o de causa e ocasião. Como afirmado anteriormente, o conceito comum de percepção envolve a ideia de uma relação causal entre o objeto ou evento no mundo e a nossa experiência dele, bem como a de uma ocasião (ou oportunidade) para percebê-lo. Esse, contudo, é um ponto controverso na bibliografia. Muita tinta correu sobre essa possível conexão do conceito de percepção com o conceito de causa: para a concepção comum da percepção, a percepção envolveria algum tipo de relação causal ou não? Para alguns filósofos, como Grice (1989), Strawson (1974, 1979) e William Child (1992), a concepção comum da percepção inclui uma relação causal entre o objeto ou evento no mundo e a pessoa que o percebe. Essa explicitação da concepção comum, no entanto, foi vigorosamente combatida por outro grupo de filósofos, que inclui, por exemplo, Alfred Ayer (1973), Paul Snowdon (1998, 2009a, 2009b) e John Hyman (1992, 1993, 1994a, 1994b).

Creio que não pensamos conscientemente numa relação causal entre o objeto ou evento e a pessoa que o percebe. Quando dizemos, por exemplo, “Eduardo vê que Inácio está andando”, não pensamos explicitamente que o fato de Inácio andar *causa* em Eduardo uma experiência

perceptiva. Não é, portanto, óbvio que o conceito de percepção inclui o de causalidade. Mas, de outro lado, não é certo que somente o que pensamos conscientemente expressa nossa maneira de pensar. Pode haver maneiras de falar, sejam mais diretas, sejam mais indiretas, que sugerem como de fato pensamos sobre as coisas. E certamente há maneiras de falar que sugerem que nossa concepção de percepção é de fato uma concepção causal.

Todos sabemos que, se um objeto não está presente no campo visual de uma pessoa, esta não pode percebê-lo. Por exemplo, se alguém está vendo uma caneta diante de seus olhos e essa caneta é escondida (ele a põe debaixo da mesa), então ele deixará de ver a caneta. Se algo se interpõe entre o objeto e a pessoa, como uma mesa, então a caneta não mais será vista. Ora, esses fatos corriqueiros não atestariam que comumente pensamos haver uma relação causal entre o objeto e a pessoa? Se o objeto não exerce algum tipo de ação sobre a pessoa, então não haveria nenhuma experiência perceptiva.

Hyman (1992, 1993, 1994a, 1994b), no entanto, sugere que, nos exemplos acima, tudo o que está em jogo é a “oportunidade” de percebermos algo, mas não uma relação causal entre o objeto ou evento e a pessoa que o percebe. Se ele estiver certo, o exemplo oferecido não mostraria que há uma relação causal entre o objeto e a pessoa, mas somente uma relação de oportunidade. Terá Hyman razão? Sua proposta, contudo, parece-me apenas uma solução *ad hoc*, em que pensamos somente para evitar a atribuição de uma relação causal. Acho que é mais correto dizer que pensamos implicitamente numa relação causal do que numa relação de oportunidade entre objeto e pessoa.

Contra Hyman, Child (1994) argumentou que se admite que nós *reagimos* à presença dos objetos em nosso campo perceptivo. O próprio Hyman empregou, talvez involuntariamente, essa expressão. Talvez seja porque, sugere Child, nosso conceito de percepção realmente inclui o de causalidade: nós espontaneamente falamos de uma reação ao objeto percebido: se estamos com fome e vemos uma maçã, nós a pegamos e a comemos; mas, se não a virmos, não nos moveremos. Assim, nós reagimos aos objetos e essa reação seria uma indicação de que os objetos *agem* sobre nós. Ora, essa ação dos objetos sobre nós seria, entre outras coisas, o fato de eles causarem certas experiências perceptivas em nós. Talvez as pessoas não usem explicitamente a palavra “causa” para descrever essa relação, mas, dadas as maneiras pelas quais falamos, parece correto dizer que, em algum sentido, pensamos a relação perceptiva como envolvendo alguma relação causal.

Outro tipo de consideração também sugere uma conexão entre o conceito de percepção e o conceito de causa<sup>19</sup>. Vimos que a percepção é fundamental para nossa ideia de conhecimento. Se temos conhecimento do mundo, é porque, de alguma maneira, temos acesso perceptivo ao mundo. Não teríamos nenhuma razão para aceitar um conjunto de crenças meramente coerente, sem estar amparado na percepção sensível. Qualquer outro conjunto de crenças igualmente coerente seria igualmente aceitável. Noutras palavras, é preciso de um vínculo entre nossas crenças e o mundo sobre o qual versam nossas crenças. A relação entre o conjunto de crenças e o mundo não pode ser casual, nem pode a escolha entre dois conjuntos coerentes de crenças ser arbitrária.

Define-se conhecimento como crença verdadeira justificada. A crença verdadeira deve ser justificada precisamente porque essa crença não pode ser verdadeira *por acaso*: é preciso eliminar a mera coincidência e esse é o papel da justificação na definição de conhecimento. A percepção é o que permite fazer o elo entre nossas crenças e o mundo. Mas, para que a percepção cumpra essa função, a relação entre a nossa experiência perceptiva e o mundo também não pode ser casual, isto é, não pode ser mera coincidência que nossa experiência do mundo corresponda ao mundo. Se assim fosse, a percepção não serviria para ligar nossas crenças ao mundo. Em outras palavras, nossa concepção de conhecimento exige que entre a experiência perceptiva e o objeto ou evento exista um vínculo forte. A ideia de que a percepção propicia conhecimento do mundo torna inevitável que exista uma relação entre o objeto ou evento no mundo e a experiência que dele temos. Assim, a experiência que temos do mundo tem de estar ligada a esse mundo. Que tipo de ligação pode ser essa? A sugestão mais natural e plausível é que haveria uma relação causal entre o objeto ou evento no mundo e nossa experiência perceptiva.

Argumentou-se que não somente essa ligação é causal, mas que não pode haver outro tipo de ligação exceto a causal. Paul Snowdon (1998) procurou mostrar que a ligação causal é forte candidata, mas que haveria outras possibilidades. Strawson (1998a) respondeu, após considerar os argumentos de Snowdon, que a causalidade resta como única alternativa possível para estabelecer o vínculo indispensável entre a experiência e o objeto ou evento no mundo. Hyman, como vimos, procurou substituir a noção de causalidade pela de oportunidade, mas tal substituição não é bem sucedida.

---

<sup>19</sup> Ver Strawson (1974), p. 78-79 e Snowdon (1998), p. 300.

Em geral, atribui-se à assim chamada Teoria Causal da Percepção a ideia de que a conexão conceitual entre percepção e causalidade seria necessária e a priori. Tal não me parece ser a conexão presente na concepção comum. Com efeito, esta não precisa comprometer-se, e de fato não se compromete, com ideias filosóficas como a distinção entre análise de conexões conceituais e conhecimento empírico do mundo ou a distinção entre conexões necessárias entre conceitos e conexões contingentes entre conceitos. O conceito comum de percepção permanece neutro a respeito dessas questões filosóficas. Parece-me correto dizer que a experiência perceptiva é comumente concebida como um efeito do objeto ou evento no mundo, mas isso não significa que essa relação causal implique uma conexão conceitual necessária. Para alguns, interessados somente em conexões necessárias, essa explicitação menos forte do conceito comum pode significar que, não havendo conexão necessária e *a priori*, então o conceito de causa não estaria embutido no de percepção. Todos admitiriam, inclusive os que negam a Teoria Causal da Percepção, que há uma associação contingente entre percepção e causalidade. Mas, se isso é assim, então é certo que há uma associação entre percepção e causalidade de acordo com o conceito comum. Restaria ver somente a natureza dessa associação, mas isso já nos leva além do conceito comum, envolvendo questões filosóficas controversas.

## Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J. 1962. *Sense and Sensibilia*. Oxford: Oxford University Press.
- AUSTIN, J. 1979. "Other Minds". *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press.
- AYER, A. J. 1973. *The Central Questions of Philosophy*. London: Penguin Books.
- CHAKRABARTI, A. 1998. "Experience, Concept-Possession, and Knowledge of a Language". In: Hahn, E. (ed.). 1998. *The Philosophy of P. F. Strawson*. Chicago and Lasalle, Illinois: Open Court.
- CHILD, W. 1992. "Vision and Experience". *Philosophical Quarterly* 42, n. 168, p. 297-315.
- CHILD, W. 1994. "Vision and Causation: Reply to Hyman". *Philosophical Quarterly* 44, n. 176, p. 361-369.
- DESCARTES, R. 1996. *Meditations*. In: *Oeuvres Complètes*. 1996. Vol. IX, ed. Adam et Tannery, Paris: Vrin.
- DRETSKE, F. 2000. "Conscious Experience". *Perception, Knowledge and Belief: Selected Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRICE, P. 1989. "The Causal Theory of Perception". *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press.
- HACKER, P. M. S.; Bennett, M. R. 2003. *Philosophical Foundations of Neuroscience*. Oxford: Blackwell.
- HINTON, J. M. 2009. "Visual Experiences". In: Byrne, A.; Heather, L. (eds.). 2009. *Disjunctivism: Contemporary Readings*. Cambridge, Massachusetts/London, England: MIT Press.
- HUME, D. 1986. *An Enquiry concerning Human Understanding*. P. H. Nidditch (ed.), Oxford: Clarendon Press.
- HUME, D. 2004 *A Treatise of Human Nature*. David Fate Norton and Mary J. Norton (eds.), Oxford: Oxford University Press.
- HYMAN, J. 1992. "The Causal Theory of Perception". *Philosophical Quarterly* 42, n. 168, p. 277-296.
- HYMAN, J. 1993. "Vision, Causation and Occlusion". *Philosophical Quarterly* 43, n. 171, p. 210-214.
- HYMAN, J. 1994a. "Reply to Vision". *Philosophical Quarterly* 44, n. 176, p. 369-376.
- HYMAN, J. 1994b. "Vision and Power". *The Journal of Philosophy*, vol. 91, n. 5, p. 236-252.
- MACKIE, J. L. 1976. *Problems from Locke*. Oxford: Oxford University Press.
- MCDOWELL, J. 1998. "Criteria, Defeasibility, and Knowledge". In: *Meaning, Knowledge, and Reality*.

Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press.

MCDOWELL, J. 2012. *Perception as a Capacity to Knowledge*. Milwaukee, Wisconsin: Marquette University Press.

MILLAR, A. 2009. "The Idea of Experience". In: Byrne, A.; Heather, L. (eds.). 2009. *Disjunctivism: Contemporary Readings*. Cambridge, Massachusetts/London, England: MIT Press.

MILLAR, A. 2011. "Disjunctivism and Skepticism". In: Greco, J. (ed.). 2011. *The Oxford Handbook of Skepticism*. Oxford: Oxford University Press.

PRITCHARD, D. 2012. *Epistemological Disjunctivism*, Oxford: Oxford University Press.

ROBINSON, H. 2009. "Selections from *Perception*". In: Byrne, A.; Heather, L. (eds.). 2009. *Disjunctivism: Contemporary Readings*. Cambridge, Massachusetts/London, England: MIT Press.

RYLE, G. 1969. *Dilemmas*, Cambridge: Cambridge University Press.

SNOWDON, P. 1998. "Strawson on the Concept of Perception". In: Hahn, E. (ed.) (1998) *The Philosophy of P. F. Strawson*. Chicago and Lasalle, Illinois: Open Court.

SNOWDON, P. 2009a. "Perception, Vision, and Causation". In: Byrne, A.; Heather, L. (eds.). 2009. *Disjunctivism: Contemporary Readings*. Cambridge, Massachusetts/London, England: MIT Press.

SNOWDON, P. 2009b. "The Objects of Perceptual Experience". In: Byrne, A.; Heather, L. (eds.). 2009. *Disjunctivism: Contemporary Readings*. Cambridge, Massachusetts/London, England: MIT Press.

STRAWSON, P. F. 1974. "Causation in Perception". In: *Freedom and Resentment and Other Essays*, London and New York: Routledge.

STRAWSON, P. F. 1979. "Perception and its objects". In: MacDonald, G. (ed.) *Perception and Identity: Essays presented to A. J. Ayer*, London and Basingstoke: Macmillan.

STRAWSON, P. F. 1998a. "Reply to Snowdon". In: Hahn, E. (ed.). 1998. *The Philosophy of P. F. Strawson*. Chicago and Lasalle, Illinois: Open Court.

STRAWSON, P. F. 1998b. "Reply to Arindam Chakrabarti". In: Hahn, E. (ed.). 1998. *The Philosophy of P. F. Strawson*. Chicago and Lasalle, Illinois: Open Court.

STROUD, B. 2000. *The Quest for Reality: Subjectivism and the Metaphysics of Colour*, Oxford and New York: Oxford University Press.

RESUMO

*O artigo pretende analisar o conceito comum de percepção. A concepção comum seria uma concepção relacional da percepção. A percepção seria, não somente um estado mental, mas um padrão de eventos, no qual estariam envolvidos os seguintes elementos: uma causa ou ocasião; uma sensação ou experiência; efeitos, manifestações ou reações. Em seguida, analisam-se esses elementos, dando destaque para a percepção como uma atividade cognitiva, para o papel da linguagem na experiência perceptiva e para o papel causal do objeto.*

**Palavras-chave:** percepção; padrão de eventos; capacidade cognitiva; experiência perceptiva; teoria causal da percepção.

ABSTRACT

*The aim of this paper is to describe the common concept of perception. According to the common view, perception is intrinsically relational. Perception is not merely a mental state, but it is composed of a pattern of events, involving: causes and occasions; sensations and experiences; effects, manifestations and reactions. All these elements are analysed, and special attention is given to the notion of cognitive activity, to the role played by language in relation to perceptual experience, and to the causal role played by objects.*

**Key words:** perception; pattern of events; perceptual experience; causal theory of perception; cognitive capacity.

Recebido em julho de 2014  
Aprovado em dezembro de 2014